

CPI do Judiciário discute hoje os três primeiros relatórios parciais

O relator da comissão, senador Paulo Souto, apresentará suas conclusões a respeito das investigações sobre a adoção de crianças em Jundiaí, a falsificação de alvarás de soltura no Amazonas e irregularidades no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro



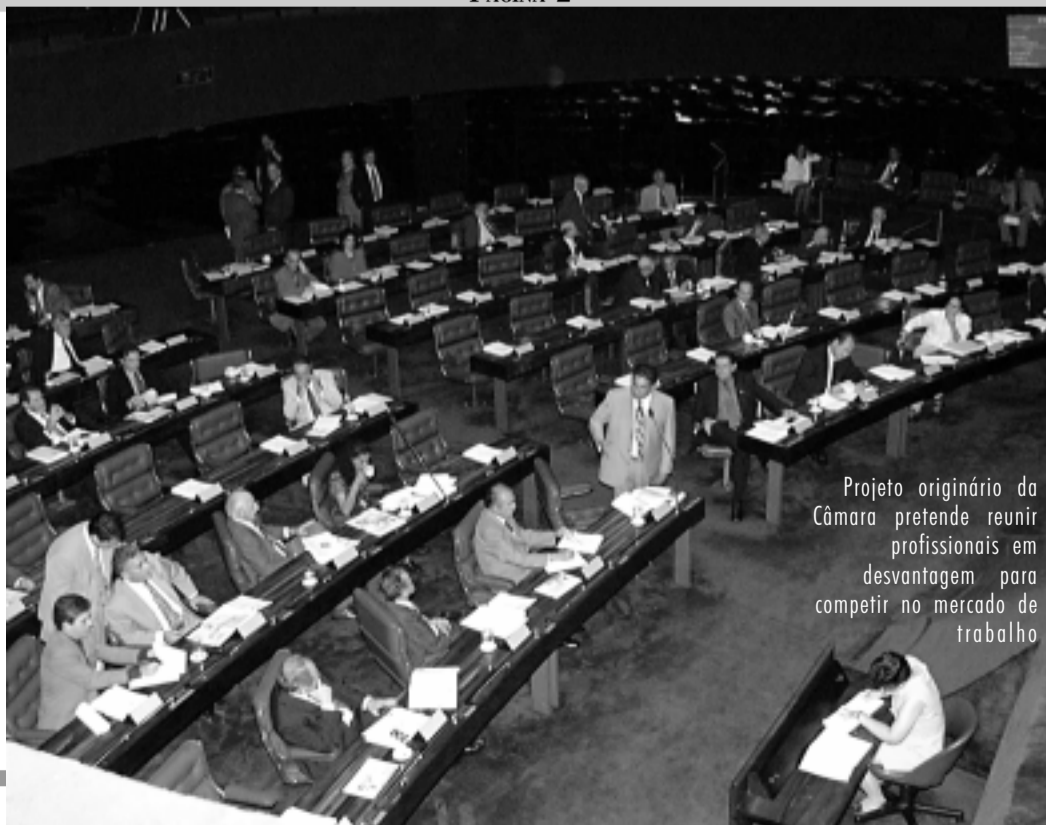
O juiz Mello Porto (à direita) depôs à CPI sobre denúncias envolvendo o Tribunal de Justiça do Rio

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias sobre o Poder Judiciário discute hoje os relatórios de três casos investigados pelos seus integrantes: irregularidades denunciadas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, arbitrariedades nas adoções internacionais de crianças em Jundiaí (SP) e falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. O relator da CPI, senador Paulo Souto, explicou que, embora esses relatórios sejam conclusivos sobre os assuntos de que tratam, irão posteriormente compor o relatório final. A CPI deve concluir seus trabalhos até 30 de novembro.

PÁGINA 3

PLENÁRIO VOTA CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS SOCIAIS

PÁGINA 2



Projeto originário da Câmara pretende reunir profissionais em desvantagem para competir no mercado de trabalho



Tápias virá acompanhado do presidente do BNDES, Andrea Calabi

Ministros falam ao Senado sobre planos do governo

Os ministros Alcides Tápias (Desenvolvimento) e Paulo Renato Souza (Educação) comparecem hoje ao Senado. Tápias fala às 10h na CAE sobre a retomada do crescimento econômico. Paulo Renato explica o papel da educação na erradicação da pobreza, às 9h30, na Comissão Mista.

PÁGINAS 3 E 4

Senado vota criação de cooperativas sociais

Projeto originário da Câmara prevê que entidades serão constituídas para reunir pessoas em desvantagem no mercado de trabalho, como deficientes físicos ou mentais, ex-detentos e dependentes de drogas

O Senado delibera hoje sobre uma pauta de cinco itens. Antes da Ordem do Dia, atendendo a requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o plenário dedica a primeira hora da sessão para as comemorações do Dia do Professor, transcorrido em 15 de outubro.

A pauta de votações prevê a análise de projeto de lei dispondo sobre a criação e funcionamento de cooperativas sociais para a integra-

ção dos cidadãos. A proposta estabelece que, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, essas cooperativas devem fundamentar-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana.

De acordo com o projeto, são consideradas pessoas em desvantagem os deficientes físicos e sensoriais, deficientes psíquicos e mentais, dependentes químicos,

egressos de prisões, idosos, condenados a penas alternativas e adolescentes em situação familiar difícil. Originária da Câmara, a iniciativa recebeu parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) na Co-



Rocha: parecer favorável ao projeto das cooperativas

missão de Assuntos Sociais.

Na mesma sessão, os senadores deliberam sobre projeto que au-

toriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar ao governo do estado o domínio útil de terreno do patrimônio municipal de Natal.

Hoje realiza-se também o primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que amplia os poderes das comissões parlamentares de inquérito.

TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1999

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 57/98, dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica; *PLC nº 23/99, autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade; *PDL nº 39/97, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas (SP); *PDL nº 82/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cabugi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal (RN); e *Mensagem nº 159/99 (votação secreta), submete à deliberação do Senado a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer a de embaixador do Brasil junto à Albânia.

Hora de Expediente: Será dedicado a comemoração do Dia do Professor.

COMISSÕES

9h30 - Comissão para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Exposição do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápia e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Andrea Calabi, acerca da estratégia do governo federal para retomada do crescimento econômico, suas diretrizes, prioridades, mecanismos de financiamento e sistemática operacional. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

11h - CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação dos relatórios sobre os seguintes casos examinados pela CPI: suspeitas de irregularidades no TRI/RJ - 1ª Região; denúncias de adoções internacionais irregulares em Jundiá (SP); e suspeitas de falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Discussão e deliberação das propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

17h - CPI do Judiciário

Depoimento de José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, juiz de Direito - caso/MT. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 181/99, propõe ao Senado que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202 milhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação; *Mensagem nº 184/99, encaminha ao Senado a programação monetária para o quarto trimestre de 1999; *PLS nº 127/99, dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União; *Ofício "S" nº 17/99, encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare - 99/117, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporación Andina Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, cujos recursos serão destinados à obras para distribuição de energia elétrica; e discussão de propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

18h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; e *votação das propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

18h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório referente à construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho; *Requerimento do deputado Giovanni Queiroz, solicitando que seja convidado o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003; e *PL nº 26/99 - CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos territórios, crédito especial no valor de R\$ 600 mil para os fins que especifica. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-Feira (20.10.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 10/99, dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; *PDL nº 61/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Internacional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quedas do Iguaçu (PR); *PDL nº 86/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina (ES); *PLS nº 224/99, modifica a Lei Complementar nº 53/86, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra de veículos por portadores de deficiência física; *PLS nº 336/99 - Complementar, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; e *Parecer nº 794/99, sobre a Mensagem nº 173/99, que submete à deliberação do Senado a escolha do general-de-exército José Luiz Lopes da Silva, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

Quinta-feira (21.10.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PDL nº 69/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas (PR); *PLS nº 180/99, altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional; *Requerimento nº 564/99, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 131/99, com os projetos de Lei do Senado nºs 122 e 356, de 1999, e nºs 198 e 223, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 571/99, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 5 e 16, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Hora de Expediente: Será dedicado a comemorar os 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco, ocorrido no dia 19 de agosto, bem como o cinquentenário da Fundação Joaquim Nabuco, entidade vinculada ao Ministério da Educação.

Sexta-Feira (22.10.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-Feira (20.10.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; *Diversos nº 20/98, encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC nº 000.705/97 - 7), adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); *PLC nº 25/99 e *PLS nº 54/99, altera o art. 1º da Lei nº 8.287/91, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das Decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc), nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; *PLC nº 28/99, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, instituindo o procedimento sumário no processo trabalhista; *PLC nº 72/95, disciplina os anúncios de oferta de emprego; *Mensagem nº 98/99, propõe ao Senado que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; e *discussão das propostas de emenda ao Orçamento.

Pauta Extra: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, AMBS de 24 de julho de 1991. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara dos Deputados à PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PLS nº 10/99, altera o disposto na Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; *PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal; e *PEC nº 5/99, acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição federal, que tratam de relações jurídicoo-organizacionais entre os Poderes dos estados, Distrito Federal e dos municípios. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento de Athaide Monteiro da Silva, desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e escolha das propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI do Judiciário recebe hoje relatórios parciais sobre três casos já apurados

Às 17 horas, os integrantes da comissão ouvirão o juiz José Geraldo Palmeira, acusado de interceder junto a outro magistrado de MT em favor de uma mulher condenada por tráfico de drogas



Souto apresentará relatórios sobre irregularidades no Rio, em Jundiá (SP) e no Amazonas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no âmbito do Poder Judiciário discute, na manhã de hoje, os relatórios de três casos investigados pela comissão: irregularidades ocorridas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, arbitrariedades nas adoções internacionais de crianças em Jundiá (SP) e falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. Em outra

reunião, às 17h, a CPI ouve o juiz José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, envolvido em denúncias no estado de Mato Grosso.

O relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), não quer que os relatórios sejam conhecidos antes de sua leitura na comissão. Ele afirmou que, embora esses relatórios sejam conclusivos sobre os assuntos de que tratam, irão posteriormente compor o relatório final, com conclusões sobre todos os nove casos investigados pela comissão. Segundo o senador, o relatório final e os relatórios específicos serão definidos

nos debates e nas votações da CPI. A comissão tem prazo até 30 de novembro para encerrar seus trabalhos.

José Geraldo Palmeira deverá depor sobre informações prestadas pelo juiz alagoano Daniel Antonio Souza Accioly. Em depoimento dado à CPI, Accioly disse que o magistrado mato-grossense teria intercedido junto a ele com o objetivo de viabilizar a transferência — para a comarca onde Daniel era juiz, Atalaia (AL) —, de Maria Luíza Almirão dos Santos, condenada por tráfico de drogas. Ela cumpria pena em Alto Araguaia (MT).

Alcântara pede apoio para Dia da Doação de Órgãos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu o apoio dos parlamentares para a aprovação, com urgência, de projeto de lei de sua autoria



Lúcio Alcântara

que institui o Dia Nacional da Doação de Órgãos, a ser comemorado em 27 de setembro, dia tradicionalmente consagrado aos santos Cosme e Damião, mártires do cristianismo que operaram curas e se dedicaram a salvar vidas. O projeto já foi aprovado na Comissão de Educação e encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, tendo como relator o senador Tião Viana (PT-AC).

Autor do substitutivo que originou a Lei de Transplantes de Órgãos, em vigor desde 4 de fevereiro de 1997, Alcântara afirmou que esta “é uma lei em favor da vida, generosa e altruísta” e disse estar convicto de que ela ainda não surtiu todo o efeito esperado devido à ausência de campanhas de esclarecimento que despertem a consciência da população para a importância da doação de órgãos.

O estabelecimento de uma data para celebrar a doação de órgãos, segundo Lúcio Alcântara, “sem dúvida fomentará o necessário desenvolvimento dessa consciência nos cidadãos brasileiros”. O esclarecimento e o estímulo à doação, frisou, são de fundamental importância para a reversão da atual desproporção entre a oferta e a demanda de órgãos e tecidos para transplante no país.

Alcântara informou que na Europa existem 40 doadores para cada um milhão de habitantes ao ano, número que cai para 20 nos Estados Unidos e para dez no Chile e na Argentina. No Brasil, por falta de uma cultura da doação, segundo ele, a proporção foi de apenas três doadores para cada um milhão de habitantes, em 1998. A projeção é de que esse número chegue a 3,6 este ano. Pelo menos 32 mil pessoas aguardam na fila por um transplante, em todo o país, acrescentou ele.

Ministro da Educação fala na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, será ouvido hoje pelos senadores e deputados membros da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, que é presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

O ministro deverá falar sobre o papel da educação na redução e na erradicação da pobreza. A audiência foi sugerida pelo de-



putado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

Nos próximos dias, os membros da comissão deverão apresentar e discutir relatório sobre visita

recentemente realizada aos estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, na qual foram colhidas informações e propostas de políticas de combate à miséria.



Paulo Renato dirá como a educação pode contribuir para reduzir a pobreza

CI examina emendas ao Orçamento e ao PPA

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve discutir hoje propostas de emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual (PPA) que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento. Uma das emendas, da presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), pretende incluir tanto no PPA quanto no Orçamento a destinação de R\$ 12,8 milhões para a conclusão das obras da estação terrena de rastreamento e controle de satélites de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Os recursos recebidos neste ano, de acordo com a senadora, não foram suficientes para a conclusão das obras e para a compra de equipamentos. Ela observou que a implantação do centro, além de promover a segurança e a defesa nacional, é fundamental para a implementa-



Emilia propõe a destinação de recursos para a estação de controle de satélites do RS

ção de serviços de infra-estrutura de rastreamento e controle de satélites no país. A obra também é importante para o desenvolvimento da agricultura na região Sul, pois fornecerá informações meteorológicas e climáticas.

Os senadores também vão

apreciar emenda ao Orçamento de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que propõe a destinação de R\$ 10 milhões para obras rodoviárias no corredor Oeste-Norte, localizado no estado de Mato Grosso. Essa é, segundo informou o senador, a única via de acesso rodoviário do restante do país às regiões Centro-Oeste e Norte, onde se afunilam as rodovias BR-364, 163, 174 e 070. O trecho registra altos índices de acidentes e suporta a passagem diária de cerca de 10 mil veículos, principalmente de carretas de alta tonelagem, justificou Jonas Pinheiro.

A Comissão de Educação também vai apreciar as propostas de emenda ao Orçamento em reunião que realiza hoje, às 11h30, sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI).

Lacre em botijão de gás também vai a votação

Na reunião que realiza hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprecia projeto de lei que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar e fazer a requalificação dos botijões a cada cinco anos de uso. A matéria, originária da Câmara, já foi votada favoravelmente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e na Comissão de Infra-Estrutura recebeu parecer contrário do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), com voto em separado do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). A comissão é presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

CAE debate retomada do crescimento econômico

Senadores da comissão discutirão a estratégia do governo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Andrea Calabi

A estratégia do governo para a retomada do crescimento econômico será o tema de audiência pública às 10 horas de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi.

Os senadores da comissão – que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – querem saber do ministro e do presidente do BNDES as diretrizes, as prioridades, os mecanismos de financiamento e a sistemática operacional para que o país volte a crescer. Essa é a primeira audiência pública do ministro na CAE, e foi definida a partir de requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Às 17h, os senadores da comissão terão nova reunião para examinar e votar quatro matérias – todas não-terminativas, e que,



Os integrantes da CAE apreciarão ainda empréstimo do Banco Mundial

portanto, deverão também passar pelo plenário – e para decidir as emendas que apresentarão ao Orçamento da União do ano 2000 e ao Plano Plurianual.

O primeiro item da pauta é uma mensagem do Executivo que propõe ao Senado autorização para contratação de operação de crédito

externo, no valor equivalente a até US\$ 202,030 milhões, entre o Brasil e o Banco Mundial, destinada ao financiamento parcial do projeto Fundescola II, a segunda etapa do programa de fortalecimento da escola, promovido pelo Ministério da Educação. O relator da matéria, senador Os-

mar Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável nos termos de um projeto de resolução.

A CAE também vai votar mensagem do Executivo com a programação monetária para o quarto trimestre deste ano. O parecer do relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), é igualmente favorável.

Outro item da pauta é o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU). O relator da matéria, senador Ney Suassuna, deu parecer favorável ao projeto, com apresentação de duas emendas.

Os senadores vão examinar, ainda, um pedido do governo de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporación Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões (R\$ 57,2 milhões a preços de 29.1.99). Esses recursos deverão ser aplicados nas obras de energia elétrica do estado. O relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deu parecer favorável e a matéria recebeu pedido de vista do senador Romero Jucá (PSDB-RR), na reunião da comissão realizada no último dia 5.

Comissão de Orçamento aprecia créditos



Gilberto Mestrinho

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 18h, para votar créditos de R\$ 407,4 milhões, para o Ministério da Educação, e de R\$ 47,5 milhões, para o Ministério da Previdência.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vota créditos para o Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 2,1 milhões, e de R\$ 600 mil para a Jus-

tiça do Distrito Federal. Além disso, os senadores analisam relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho.

Por último, a pauta da comissão prevê a votação de requerimento de convite ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para falar sobre as receitas que financiam o Orçamento para o ano 2000 e o Plano Plurianual de 2000 a 2003.

Francelino Pereira chama de irresponsáveis denúncias contra o ministro Elcio Alvares

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou seu repúdio às acusações, que classificou como “irresponsáveis e levianas”, de um delegado de polícia do Espírito Santo contra o ministro da Defesa, Elcio Alvares. “Nada mais justo que os homens responsáveis deste país se revoltem e reajam contra a irresponsabilidade das denúncias com tanta leviandade divulgadas”, disse o senador.

Francelino Pereira acredita que uma rigorosa e isenta apuração confirmará que Elcio Alvares é um homem público como pou-

cos. Ele afirmou que a atuação do senador à frente do Ministério da Defesa “é o exemplo mais ilustrativo da capacidade de comando, conciliação e articulação que lhe valeu uma excelente atuação como líder do governo no Senado”.

O senador afirmou que Elcio Alvares – governador do seu estado, deputado federal, ministro da Indústria e do Comércio e senador – “percorreu, com honestidade, dedicação e espírito público, os mais elevados degraus da vida pública brasileira”.



Francelino Pereira recordou “honestidade, dedicação e espírito público” de Elcio Alvares



Antero de Barros apresentou proposta que tramita na CCJ

Projeto de Antero regulamenta a quebra de sigilo bancário

Projeto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do senador Antero de Barros (PSDB-MT), regulamenta a quebra do sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas por parte do Poder Judiciário, de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e de autoridades administrativas como a Secretaria da Receita Federal e Tribunal de Contas da União.

No caso de autoridades judiciárias e administrativas, o projeto estabelece que o poder de quebra do sigilo bancário possa ser exercido ao longo de um processo, a requerimento do Ministério Públi-

co ou por decisão de juiz.

Qualquer CPI, por outro lado, também poderá adotar o recurso da quebra de sigilo, desde que a pessoa física ou jurídica seja objeto de investigação parlamentar e a decisão seja tomada pela maioria simples dos integrantes da CPI, conforme o projeto.

Ainda de acordo com o projeto de Antero de Barros, tanto a Secretaria da Receita Federal quanto o TCU podem, no andamento de um processo, “determinar a quebra de sigilo bancário de qualquer ocupante de cargo público eletivo, na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Iris propõe novo critério para rateio do FPE

Projeto de lei apresentado pelo senador estabelece revisão anual das quotas dos estados, com base nos dados oficiais sobre população, área e renda *per capita*, apurados pelo IBGE e transmitidos ao Tribunal de Contas da União

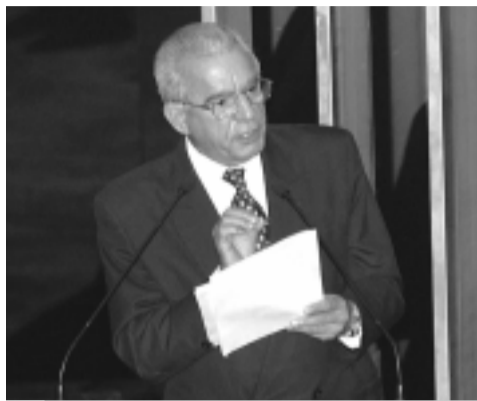
O senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou projeto de lei que estabelece critérios para o rateio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPE), que teriam base na apuração do Censo de 1991, atualizada periodicamente pelo IBGE. Segundo o projeto, a revisão das quotas dos estados seria feita anualmente, com base nos dados oficiais de população, de renda *per capita* e de área. O IBGE ficaria obrigado a transmitir ao Tribunal de Contas da União as atualizações. O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Iris Rezende explicou que a lei complementar vigente fixou os

coeficientes individuais de participação do FPE a partir de um acordo provisório estabelecido no Conselho de Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Confaz) e, pelo que se pode deduzir, a partir de uma negociação política, dividindo as unidades da Federação em dois blocos.

— O primeiro, constituído pelos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destinando-lhe 85% dos recursos. O segundo, formado pelos estados das regiões Sul e Sudeste, atribuindo-se-lhe 15% do fundo — ressaltou o senador.

Para Iris, apesar de a divisão ser justa, verificou-se posteriormen-



Iris quer critérios técnicos e objetivos para a composição dos índices usados na repartição dos recursos

te que a repartição individual está promovendo contradições e desigualdades que merecem ser urgentemente reparadas. Como solução, ele propõe a adoção de critérios técnicos e objetivos para a

composição dos índices. “Essas contradições foram se agravando, no decorrer do tempo, devido às modificações estruturais, conjunturais e residuais socioeconômicas do país”, salientou.

Jucá homenageia médicos e reivindica saúde para todos

O Dia do Médico, celebrado ontem, constitui momento oportuno para a reflexão não só sobre o trabalho abnegado desses profissionais, mas também sobre as questões que ainda devem ser enfrentadas em níveis político, administrativo, econômico e social, para que a saúde pública seja um direito de todo cidadão. A observação foi feita pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que, em nome de seu partido, homenageou os profissionais do setor.

Reconhecendo que ainda há muito por fazer, Romero Jucá destacou que não poderia deixar de registrar o aplauso e reconhecimento ao esforço abnegado e anônimo de milhares de médicos hoje no país. “Eu sou de uma região pobre da Amazônia, que talvez represente um pouco da síntese das dificuldades de todo o país. E lá eu vejo médicos que trabalham em vicinais, que trabalham em pequenas vilas, que exercem a profissão da medicina com muita dificuldade, procurando levar o conforto e a saúde aos setores mais distantes e à população mais pobre”, afirmou o senador.

— Quero parabenizar a categoria e dizer que reconhe-



Romero Jucá recordou esforço “abnegado e anônimo” de milhares de profissionais no país

cemos o esforço. Sabemos que hoje existem milhares de médicos mal remunerados, que há médicos trabalhando em péssimas condições profissionais, que existem comunidades desprovidas de médicos. Os desafios a vencer são enormes, mas, sem dúvida nenhuma, com o preceito do juramento de Hipócrates e com a vocação de curar que cada médico tem, eu vejo que este país vai trilhar caminhos cada vez melhores na questão da saúde pública, principalmente para darmos vida ao texto da Constituição que garante uma saúde decente para todos — disse Romero Jucá.

Tebet defende rapidez na votação de piso salarial

Ao homenagear os profissionais de medicina, pelo transcurso ontem do Dia do Médico, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo para que o Senado vote, com rapidez, projeto de lei já aprovado na Câmara estabelecendo piso salarial para médicos e cirurgiões dentistas.

Segundo Tebet, o projeto está pronto para a Ordem do Dia, na forma de um substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, fixando piso de R\$ 1.337,55 para a categoria. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), que exercia a presidência da sessão, prometeu transmitir o apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Tebet afirmou ser grave a situação do médico e da medicina no Brasil. “Em Mato Grosso do Sul, no município de Antônio João, o prefeito me revelou que, nem mesmo pagando bem, estava conseguindo um médico residente. A situação é a mesma em muitos outros municípios do interior do país.”

Para Ramez Tebet, o Plano Real não trouxe alívio para o setor de atendimento à saúde. “Os medicamentos subiram muito, alguns 200% nos últimos doze meses. É intolerável ver laboratórios aumentando preços de remédios de uso contínuo para hipertensão, diabetes e câncer, apesar dos esforços do ministro José Serra para coibir abusos.”

Segundo o senador, os profissi-



Ramez Tebet afirma que o projeto já está pronto para a Ordem do Dia

onais de medicina no Brasil estão angustiados. “Além das condições precárias de atendimento hospitalar, ainda enfrentam o drama de não poder fornecer antibióticos e outros medicamentos aos seus doentes da rede pública. O ex-ministro Adib Jatene já se surpreendia com a situação do sistema público de saúde, onde uma consulta médica vale menos do que uma ‘engraxada’ de sapatos”, destacou.

Tebet lembrou que hoje o Senado dedicará a primeira parte da sessão a homenagear o Dia do Professor. “Os professores têm até um feriado anual para serem festejados. Os médicos não podem gozar de uma folga, em função do aspecto quase sacerdotal de sua profissão. Não pode haver dúvidas: a saída para o desenvolvimento do país passa pelo binômio saúde/educação”, frisou.

Patrocínio pede estímulo a aleitamento materno

Ao analisar a queda de posição do Brasil no Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em razão do desempenho de indicadores sociais importantes, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu o apoio do governo para a implantação e ampliação de programas de incentivo ao aleitamento materno. Ele salientou que o país apresenta aspectos nutricionais deficientes e índices de mortalidade infantil iguais aos dos países mais pobres do mundo.

Segundo dados do relatório da ONU, citados por Patrocínio, a taxa de mortalidade infantil no Brasil é de 37 óbitos para cada grupo de mil crianças, número que cai para 21 na Argentina e 12 na Costa Rica. Diante disso, ele enfatizou a importância do leite materno na proteção contra infecções e diarreias, principais causas de mortes prematuras de bebês no Brasil.

A falta de uma política de esclarecimento eficaz por parte do governo e a própria resistência das mães são os principais problemas a serem enfrentados, segundo Patrocínio. Ele ressaltou ainda que, embora o Brasil conte com a maior estrutura de bancos de leite do mundo, abrangendo 21 estados e o Distrito Federal, dos 70 mil litros coletados anualmente 4,5 mil são recusados por falta de qualidade devido a erros no manuseio e doenças detectadas nas doadoras.

Patrocínio pediu o apoio do governo às prefeituras, para que possam participar de programas de incentivo ao aleitamento materno, e a integração desses programas com outras ações no campo da saúde infantil, como campanhas de vacinação. Ele também defendeu o estabelecimento de leis que permitam à mulher desfrutar melhor do direito de amamentar.



Patrocínio sugeriu leis que permitam à mulher desfrutar melhor do direito de amamentar

Alcântara lembra papel de agrônomo na produção

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou em pronunciamento no plenário o Dia do



Alcântara: agrônomo é vítima da crise que atinge agricultura

Agrônomo, comemorado em 12 de outubro, destacando a contribuição desses profissionais para o aumento da produção e da qualidade dos alimentos produzidos

no país. O senador aproveitou para lamentar a crise que atinge a agricultura brasileira e deprime o mercado de trabalho dos engenheiros agrônomos.

De acordo com o parlamentar, seria injusto a sociedade brasileira esquecer a importância dos profissionais de agronomia, porque seu dia coincide com comemorações de maior repercussão popular, como o Dia da Criança e as homenagens a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. "Ele está presente em nossa vida desde o primeiro café que tomamos pela manhã até o último alimento da noite", observou.

Para Alcântara, "por trás do trabalho no campo encontraremos sempre a atuação do engenheiro agrônomo". Num país de proporções continentais como o nosso, acrescentou, "com extraordinária porção de terras cultiváveis, o exercício da atividade agrônoma coloca-se como requisito fundamental".

Álvaro quer estimular exportação de soja

Medidas para elevar vendas do produto no exterior foram apresentadas pelo senador, citando documento elaborado pela associação que reúne os industriais do setor

Medidas destinadas a elevar as exportações brasileiras de soja foram sugeridas ontem pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Ele falou em nome da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), entidade que tem tentado sensibilizar o governo para o estabelecimento de uma política para o setor.

Conforme documento da Abiove lido pelo senador, o Brasil reúne condições bastante favoráveis ao aumento das exportações do chamado "complexo soja" (a cadeia de produção e transformação do produto), que hoje responde por 10% das vendas do país ao exterior:

— Ações prioritárias e urgentes propiciarão a melhoria da

competitividade, o incremento das exportações e a elevação do nível de emprego do agronegócio — diz o documento lido por Álvaro Dias.

Entre as medidas sugeridas pela Abiove estão restabelecer o ressarcimento do PIS/Cofins. A associação também está propondo a extinção da cobrança de ICMS na origem e a inclusão do óleo de soja em bruto e do farelo de soja em linhas de financiamento à exportação mantidas pelo BNDES.

A política global para o setor deveria estimular a produção e a produtividade, provendo um volume adequado de recursos oficiais para o custeio e a comercialização da soja, segundo a Abio-

ve. A associação reclama ainda medidas antiprotecionistas em relação aos Estados Unidos e outros países.

Álvaro Dias chamou a atenção para os efeitos nocivos da "caótica estrutura tributária brasileira". Conforme a Abiove, a indústria brasileira paga 7% a mais de impostos do que, por exemplo, a indústria argentina, seu principal concorrente e responsável por tirar o Brasil da posição de líder do comércio mundial do farelo de soja.

Álvaro Dias: política global do setor deveria estimular a produtividade



Mauro critica taxaço sobre produto

Ao criticar os efeitos da Lei Kandir sobre o setor de produção de soja, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que o Brasil não pode mais conviver com uma legislação tributária "esdrúxula, inadequada, anacrônica e, sob todos os aspectos, perversa para o país", que o coloca como mero exportador de soja em grão, enquanto nossos concorrentes "avançam" rapidamente no setor.

Segundo o senador goiano, o agronegócio da soja — um dos setores mais importantes da economia brasileira, que movimenta somente com exportações algo em torno de cinco a seis bilhões de dólares — vem sendo prejudicado pela ação "nefasta" do governo federal.



Mauro: Brasil onera a indústria com múltiplos tributos

Ele explicou que o país assumiu a "estranha posição" de taxar mais a exportação de produtos industrializados do que a matéria-prima, no que resulta um verdadeiro "crime de lesa-pátria".

Mauro Miranda destacou que o excesso de tributação sobre os processadores brasileiros de soja determinou a queda de 4% no nível de industrialização, enquanto nos Estados Unidos o crescimento foi de 16% e na Argentina chegou a 65%. Ele ressaltou, ainda, matéria publicada pela *Gazeta Mercantil* informando que os argentinos dobraram sua exportação de óleo e farelo de soja, tomando o lugar de liderança mundial do Brasil. Na avaliação do senador, isso tem uma ex-

plicação: a indústria nacional recolhe, aos cofres públicos, por tonelada, 13 dólares a mais em impostos do que aquele país.

Para o senador por Goiás, o Brasil não pode mais conviver com uma política que onera a indústria com múltiplos tributos, que não recaem sobre a exportação de matéria-prima. Mauro Miranda alerta para os benefícios da diminuição da carga tributária, como geração de empregos, divisas, atração de investimentos e crescimento da agricultura:

— A questão tem de ser solucionada pela racionalidade de uma política tributária que, ao contrário da que temos hoje, esteja identificada com as necessidades e as características da economia contemporânea — acentuou Mauro Miranda, defendendo a participação do Congresso Nacional na mudança deste quadro.

Eduardo elogia tributação menor para pesquisa sobre jazidas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) aplaudiu o governo federal pela decisão de reduzir a tributação que onera a pesquisa mineral, modernizando as informações sobre as jazidas existentes no país. Para isso, disse o senador, serão promovidas alterações no Código de Mineração, além de serem digitalizados os mapas geológicos com informações precisas.

Eduardo Siqueira Campos ressaltou que, ao contrário do que acontece na Austrália e no Canadá, onde os investimentos no setor atingem US\$ 500 milhões por ano, no Brasil esse valor não ultrapassou, em 1997, US\$ 122 milhões. "Ficamos em um pouco honroso quarto lugar no contexto da América Latina, atrás do Chile, do Peru e do México."

Com as mudanças anunciadas pela equipe econômica, no entanto, Eduardo Siqueira Campos acredita que serão atraídos mais investimentos para a pesquisa mineral, "e os US\$ 8,2 bilhões produzidos pelo setor poderão se triplicados". A expectativa do senador é de que o estado do Tocantins desempenhe um importante papel no campo da pesquisa mineral, com produção de calcário, ouro, cromita, cristal de rocha, manganês, titânio, entre outros minérios.



Eduardo Siqueira Campos: Brasil investe muito pouco

Quintanilha pede liberação de verbas do Prodecer



Quintanilha reclama dos entraves criados pelo Banco do Brasil para liberar recursos

"A luta pelo Prodecer tem que ser contínua", disse ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), ao anunciar que recorrerá à direção do Banco do Brasil para garantir a liberação de recursos do programa para os produtores adimplentes do município de Pedro Afonso (TO).

Conforme o senador, superadas as tratativas que resultaram no acordo binacional entre Brasil e Japão para a implementação de um programa de inserção dos cerrados no sistema produtivo nacional (o Prodecer), os produtores até hoje têm dificuldades junto aos

agentes financeiros.

No caso do Tocantins, integrado ao Prodecer III com o Maranhão, "foi uma luta imensa conseguir vencer a burocracia e implantar o programa", afirmou o senador. "A resistência do Banco do Brasil foi muito grande, a ponto de exigir que o governo do Tocantins assumisse 50% da operação de crédito", acrescentou. Segundo ele, isso não aconteceu com o Maranhão, cujo agente financeiro é o Banco do Nordeste.

Para Quintanilha, os entraves criados pelo Banco do Brasil à libera-

ção dos recursos do Prodecer III vão de encontro à vocação agrícola da região de cerrados, apontada pela ONU "como última fronteira agrícola do planeta" capaz de contribuir significativamente para a produção dos alimentos de que o mundo carece.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que, à semelhança do Prodecer III, o Polocentro, programa para o Centro-Oeste criado no governo Ernesto Geisel, também foi fundamental para alavancar a economia primária dessa região.

Governo não enfrenta a criminalidade, diz Amorim

Invocando sua origem pobre e dizendo que teria virado um marginal se não tivesse ingressado no Exército, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apontou desinteresse por parte do poder público pela questão da criminalidade. Em sua opinião, em breve não haverá policiais suficientes para tomar conta de tantos bandidos. E o que ele considera mais grave é que “o governo pouco se importa com isso”.

O senador advertiu que há um número muito grande de menores em casas de recuperação, que, na sua análise, não recuperam, mas os tornam mais rebeldes. “Ninguém vai segurar a fera que estão criando. Nem o governo federal nem política nenhuma vai resolver o problema, se não houver as mudanças necessárias para cuidar desses menores amontoados”, afirmou.

Lembrando que viveu na área rural, de onde saiu para ser empregado doméstico em Salvador (BA), Ernandes Amorim elogiou o papel

que as Forças Armadas exerciam na inserção social de menores desamparados. “Se eu tivesse ficado sem entrar na escola, seria hoje um marginal, estaria preso, teria sido um menor abandonado e, com os cuidados do governo, jamais chegaria a lugar nenhum”, declarou.

Ele criticou as notícias de que o governo pensa em utilizar o Exército no combate à criminalidade. Para Amorim, não adianta combater o crime quando o delinqüente já atingiu 21 anos e não tem mais condição de recuperar-se. Em sua opinião, o atual quadro de desemprego resulta no aumento do número de marginais.

Para o senador, o governo blefa quando fala em resolver o problema social com soluções como a criação de um banco para financiar o povo. “Tudo isso é mentira, é engodo, é enganção de quem não está preocupado. O presidente Fernando Henrique Cardoso está preocupado é em esgotar os anos de governo dele”, completou.



Amorim acha que o discurso oficial é “mentira, é engodo”

Luiz Estevão cobra redução imediata dos juros bancários

Senador diz que instituições financeiras usam de falsos argumentos para não reduzir o custo do dinheiro para os consumidores finais

Ao cumprimentar o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, por ter cumprido o objetivo de reduzir as taxas básicas de juros dos 49% com que assumiu o cargo para 19% ao ano, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) disse que, lamentavelmente, o benefício não alcançou os tomadores finais de empréstimos. As justificativas fornecidas pelos bancos para não reduzir as taxas praticadas no mercado são, na opinião do senador, “uma piada”, e já está mais do que na hora de exigir das instituições financeiras o mínimo de reciprocidade nas suas relações com os consumidores – empresas e pessoas físicas.

Na opinião do senador, o governo federal fez grande esforço no sentido de reduzir as taxas de juros básicas, “ferramenta indispensável” para a retomada das



Para Estevão, o BC tem feito sua parte, reduzindo as taxas básicas de juros

atividades econômicas e a geração de riqueza e emprego esperada por todo o país. Os bancos, por sua vez, conforme tem sido divulgado na imprensa, insistem que esse esforço governamental terá reduzido impacto nas taxas de juros pagas pelos consumidores finais, mas as razões por eles alegadas, no entendimento do senador, “são de rir para não chorar”.

A título de exemplo, Luiz Estevão referiu-se às taxas de administração cobradas pelos bancos pela utilização de cheque especial, da ordem de 20%, conforme dados do Banco Central: “Para cada

R\$ 10, R\$ 2 seriam de despesas administrativas”, o que representaria muito mais do que o custo de captação. Além disso, acrescentou o senador, os bancos cobram por todos os serviços prestados à sua clientela.

Outra justificativa dos bancos estaria na alta inadimplência, contra a qual Luiz Estevão destacou que o débito do mau pagador é registrado como prejuízo e abatido do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Para o senador, as atuais taxas de juros retiram condições de competitividade das empresas brasileiras, prejudicadas em relação às empresas multinacionais, que captam recursos a juros reduzidos. Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) concordou que “os juros para o cidadão são escorchantes” e defendeu que “o governo intervenha com rigor e dureza” de modo a assegurar a reciprocidade cobrada pelo senador Luiz Estevão.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Tênis
7h30 – Especial Unip – Assunto: Psiquiatria
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Debate – Senador Roberto Saturnino e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José

Álvaro Moisés, falam sobre políticas públicas para o cinema brasileiro

9h25 – Senado em Pauta
9h30 – Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (ao vivo)
Logo após – CPI dos Tribunais
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI dos Tribunais (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
22h30 – Jornal do Senado
23h – Sessão Plenária (representação)

Lauro Campos associa queda da bolsa a crise do capitalismo

A queda de mais de 11%, acumulada pela Bolsa de Nova York desde agosto, foi o ponto de partida do discurso em que o senador Lauro Campos (PT-DF) fez, ontem, um alerta sobre as incertezas da economia mundial. Foi a maior queda desde o *crack* de 1929, que, segundo o senador, foi o antecessor da crise do processo produtivo capitalista, levando 14 anos para que a economia norte-americana pudesse se recuperar novamente.

Citando o presidente do Federal Reserve (Banco Central dos EUA), Alain Greenspan, Lauro disse que, quando ocorrem situações como esta, alguns logo percebem que as bolsas “estão quentes demais”. Nesses momentos, acrescentou, ocorre uma pressão do capital, “de tal forma que



Na avaliação de Lauro Campos, o capitalismo vive uma “fase senil”

os trilhões de dólares que se amontoam em reservas em todo o mundo vão sendo despejados nas bolsas de valores para especulação, enquanto o dinheiro vai se retirando da produção”.

– É assim que aqui destinaram-se R\$ 500 bilhões para a compra de papéis da nossa dívida pública, enquanto a atividade produtiva chora e pena. Aqueles que ainda podem investir com algum lucro não possuem recursos, porque eles foram dirigidos para a especulação, nesta fase senil do

capitalismo – disse o senador.

Fazendo uma análise das sucessivas crises do capitalismo, o senador pelo PT do Distrito Federal destacou o aumento dos investimentos no setor bélico. Por isso, em sua opinião, é impossível entender o século XX sem incluir o papel das guerras, “fato central deste século”, com 76 guerras internacionais ocorridas em pouco espaço de tempo.

Lauro Campos destacou que o filósofo e economista alemão Karl Marx já previa, ainda em um capitalismo embrionário, que o excesso de capital iria esbarrar nestes problemas que estão ocorrendo hoje.

Em seu discurso, o senador aproveitou para homenagear o Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, afirmando que não acredita que a educação por si só resolva os problemas do Brasil. “Sem a unidade entre emprego e cultura, esta última vira mero engodo”, alertou.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Saturnino sugere ação brasileira para restabelecer a paz em Angola

Para o senador, as autoridades brasileiras devem intervir junto às nações mais ricas para que seja cumprido o acordo de paz firmado há cinco anos entre o governo angolano e a guerrilha

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu ontem uma intervenção diplomática, “com força e decisão”, do governo brasileiro junto às nações mais ricas do mundo para fazerem cumprir o acordo de paz assinado entre o governo de Angola e a guerrilha em 1994. Segundo o senador, o continente africano — e especialmente Angola — está sendo “dizimado pela pobreza, por doenças como a Aids e epidemias, pelas lutas internas e pelo cinismo e abandono das nações ricas que mantiveram colônias na África”.

Para Saturnino, o continente africano interessa ao Brasil não apenas pelo potencial de trocas comerciais, mas pelos aspectos afetivo e cultural e pelo sistema estratégico-econômico do Atlântico Sul. O senador manifestou indignação com o que está acontecendo em Angola e com a frieza e o distanciamento dos países ricos em relação à sorte dos habitantes



Saturnino diz que Angola sofre com a miséria, as lutas internas e o abandono por parte das nações ricas

daquele país. “Esses países só se interessam pelo petróleo e se rezoizam com o que está acontecendo, pois entendem que é um freio no crescimento populacional”, afirmou.

Saturnino revelou que países ricos interessados nas reservas de petróleo de Angola deram ao governo angolano um adiantamento de US\$ 900 milhões para a compra de armamentos a serem utilizados no combate à guerrilha. “Não podemos nos deixar levar por esse sentimento abominável que existe nos países mais ricos do mundo. O Brasil não pode assistir a isso de forma equidistante e tranqüila”, alertou.

Em aparte, o senador Bernardo

Cabral (PFL-AM) disse ter chegado há poucos dias da 19ª Conferência Bienal da Associação dos Juristas Mundiais, onde conversou com o representante da Corte Suprema de Angola. Cabral informou que o magistrado angolano lhe relatou o mesmo quadro apresentado por Saturnino, principalmente em relação à fome. “Vossa Excelência mostra que os países mais ricos estão equidistantes da solução desses problemas”, constatou Cabral.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que estava emocionada com o pronunciamento de Saturnino e com o aparte de Cabral, pois, observou, ambos constituíam gestos de solidariedade “com a nossa África”. Heloísa salientou que, mais doloroso do que todas as mazelas do povo africano, é ver que essa é a mesma realidade vivida pela parte excluída da sociedade brasileira. “Os países ricos não estão apenas equidistantes, eles estão patrocinando a miséria africana, que pode ser o nosso futuro também. O Brasil poderia se insurgir contra essa ordem mundial miserável”, disse a senadora.

Aprovado voto de pesar pela morte de Julius Nyerere

O Senado aprovou ontem requerimento para inserção, em ata, de voto de pesar pela morte do ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, falecido na última sexta-feira. A Embaixada do Brasil em Dar-El-Salam deverá se encarregar de transmitir condolências à família e ao Estado da Tanzânia.

Ao encaminhar a votação do requerimento, o senador Roberto Saturnino lembrou que Nyerere pertenceu à geração de líderes socialistas da África que promoveram a independência de seus respectivos países e muito contribuíram para organizar governo e instituições. “Com sua morte, chega ao fim um período histórico que marcou para sempre o continente africano”, destacou.



Segundo Edison Lobão, o Brasil tem se empenhado no controle das emissões de CFC

Lobão registra esforço para proteger camada de ozônio

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um alerta sobre os efeitos danosos da destruição da camada de ozônio na saúde do homem e no meio ambiente, destacando as estratégias e as ações do governo brasileiro nessa área.

Lobão mencionou a catarata, o câncer de pele, os danos ao sistema imunológico e o envelhecimento precoce da pele como algumas das conseqüências da exposição aos raios ultravioleta em decorrência da degradação da camada de ozônio. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, citados pelo senador, a cada 1% de perda da proteção de ozônio, surgem 50 mil novos casos de câncer de pele e 100 mil novos casos de cegueira por catarata.

Ele lembrou que em todo o mundo vêm sendo tomadas medidas para reverter a destruição da camada de ozônio, entre elas a proibição de produção e uso dos gases chamados clorofluorcarbonos (CFC), principais responsáveis pelo fenômeno. Ele ressaltou o empenho do governo brasileiro em cumprir protocolos internacionais e desenvolver ações conjuntas com a iniciativa privada para minimizar o problema.

Resaltando que as preocupações com o tema levaram as Nações Unidas a criarem o Dia Internacional para a Proteção da Camada de Ozônio, festejado em 16 de setembro, Lobão disse que não se vê no país, nesse terreno, “o quadro assustador verificado em termos mundiais”.

— Aplaudimos o governo brasileiro por se ter integrado ao movimento internacional em defesa da camada de ozônio, e aplaudimos as empresas que procuram adaptar a fabricação dos seus produtos livres das substâncias nocivas ao homem e ao meio ambiente que o cerca — afirmou o senador.

João Alberto diz que é preciso levantar realidade amazônica

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) relatou os resultados do Seminário sobre a Biodiversidade da Amazônia Legal, que reuniu em Macapá cerca de 200 especialistas, entre biólogos, geólogos, sociólogos e economistas, para levantar propostas para um programa nacional dirigido à diversidade biológica. O programa, segundo o senador, buscará operacionalizar a política e o trabalho de preservar a Amazônia, contribuindo para desenvolver a região.

Uma das questões levantadas no encontro, informou ele, foi a ausência de dados sobre a Amazônia, como conseqüência da falta de recursos e de pesquisadores, além de programas insuficien-

tes para a realização de um inventário da região. O parlamentar lembrou que 70% da área da Amazônia nunca foi inventariada.

João Alberto salientou que o conhecimento da Amazônia possibilitaria uma exploração mais agressiva da grande demanda por ecoturismo. Ele informou que esta atividade rende hoje, na região, US\$ 50 milhões ao ano, enquanto nos Estados Unidos somente a pesca esportiva movimenta US\$ 65 milhões.

Outro assunto abordado no seminário, segundo João Alberto, foi o desmatamento da Amazônia. Embora reconheça que o problema é grave e exige correções severas, o senador observou que, conforme dados apresentados no seminário, a exploração da madei-



Conforme João Alberto, 70% da área da Amazônia nunca foi inventariada

ra é fundamental para a região. Em 98, informou, as serrarias produziram 28 milhões de metros cúbicos de madeira, empregaram 5% dos trabalhadores locais e responderam por 13% do Produto Interno Bruto regional.

Para João Alberto, a solução não é a proibição “pura e simples” do funcionamento das serrarias, mas planejamento e controle para que a exploração seja racional e componha com uma gama mais vasta de alternativas econômicas “para alargar o benefício do progresso, abrangendo o maior número possível dos que moram na

Amazônia”. Nessa tarefa, afirmou, o conhecimento é imprescindível, pois dele “nasce a consciência e a criatividade”.

João Alberto Souza salientou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil, no levantamento e mapeamento do potencial do país nesse setor. Ele citou atrações turísticas naturais de seu estado, o Maranhão, incluídas no mapa da Embratur, e destacou a atenção do governo estadual e da governadora Roseana Sarney para com o setor.